



O secretário, os doutores e o Ensino Superior no Paraná

ANGELO PRIORI*

Os professores das cinco universidades mantidas pelo erário público paranaense receberam, no final do mês de julho, uma carta assinada pelo Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, Ramiro Wharhafting, onde o mesmo faz longa apologia às políticas de ensino superior do governo Lerner. Segundo o Secretário, depois que o grupo lernerista assumiu a direção do Estado do Paraná, em 1995, os investimentos nas universidades estaduais quintuplicaram, o que permitiu, entre outras coisas, aumentar em três vezes nesse período a quantidade de professores com títulos de doutor. Os dados apresentados pelo Secretário naquela carta são todos passíveis de discussão (que já fiz em outro espaço) porque não condizem com a realidade do ensino superior paranaense.

Mas um dado é correto: realmente, nos últimos anos, os professores paranaenses têm se especializado cada vez mais, e parcela considerável do corpo docente possui título de doutorado, muitos professores inclusive, participou de estágio de pós-doutoramento no Brasil e no Exterior. Se o dado é correto o argumento não é. Por dois motivos, inerentes a esse fato: a distribuição dos doutores não é equitativa pelas IES e a política de capacitação docente pouco tem haver com o governo do Estado do Paraná.

No Paraná, o sistema público de ensino superior é formado por cinco

universidades e 11 faculdades isoladas. As Universidades de Londrina (UEL), de Maringá (UEM) e de Ponta Grossa (UEPG) foram criadas no início dos anos 70; a Unioeste (com sede em Cascavel) e a Unicentro (com sede em Guarapuava) foram criadas quase 20 anos depois. A história das faculdades é tão diversa quanto as cidades que as localizam. No entanto, dessa rede de ensino superior, duas universidades concentram quase 80% dos professores com título de doutor: a UEL e a UEM. Exatamente as duas universidades que investiram em uma política de capacitação rigorosa e continuada, desde os anos 80. As demais instituições só agora se despertam para essa necessidade. Nas faculdades, a capacitação docente ainda está engatinhando e os poucos mestres e doutores existentes naquelas instituições isoladas não recebem o incentivo à titulação, num claro desrespeito ao Plano de Carreira instituído em 1997.

Porém, a capacitação docente tem sido feita através de um esforço coletivo dos próprios professores. Enquanto um professor está afastado para fazer curso de mestrado, doutorado ou estágio de pós-doutoramento, outro professor do mesmo departamento, assume os seus encargos de ensino, de pesquisa e de orientação de alunos, numa troca de esforços e solidariedade que tem proporcionado um espetacular aprimoramento coletivo do corpo docente. Portanto, somente em raras



exceções, é contratado alguém para substituir algum professor afastado para pós-graduação.

Outro fator importante, que tem proporcionado essa capacitação tem sido as ações das agências de fomento, sobretudo o CNPQ e a CAPES. Essas duas instituições, que recentemente completaram 50 anos de atividades, tem sido o fio condutor da produção científica, tecnológica e das políticas de formação de pesquisadores do país. O CNPQ tem direcionado seus esforços no fomento da pesquisa básica e aplicada e em bolsas para alunos de Iniciação Científica, de mestrados e de doutorados. E a CAPES, através dos seus Programas Institucionais de Capacitação Docente (infelizmente, nesse ano extinto), de Demanda Social e de Fomento à Pós-Graduação, tem dado uma valiosa e significativa contribuição para a formação de recursos humanos altamente qualificados. Para se ter uma idéia, nesse ano o número total de bolsas implementadas pela CAPES é de 20.734, sendo 11.818 nos cursos de mestrados e 8.916 nos cursos de doutorados, conforme dados da edição de julho da revista “Ciência Hoje”. A CAPES tem contribuído com 53% das bolsas de pós-graduação. Já as bolsas do CNPQ e da

FAPESP (a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) perfazem um total de 40%. Devemos dizer que a Fundação Araucária (a Fundação de Amparo à Pesquisa do Paraná) não concedeu, até agora, nenhuma bolsa para mestrado ou doutorado (a menos que isso esteja sendo feito às escondidas, o que não acredito).

É evidente que nós, os pesquisadores paranaenses, esperamos que a Fundação Araucária, implantada há apenas dois anos, venha no futuro poder, de fato, contribuir com a capacitação docente do Estado, principalmente nas instituições de ensino superior mais carentes, sem perder, obviamente o objetivo de fomentar a pesquisa.

Essa tem sido a tônica da capacitação docente no Estado do Paraná. E o governo Lerner tem feito muito pouco para melhorá-la. Aliás, as universidades paranaenses estão vivendo o mesmo mal das federais: falta de investimento para infraestrutura, descaso com laboratórios e as bibliotecas, falta de salas de aulas adequadas, pouco investimento nos hospitais universitários e um longo arrocho salarial, que já se perpetua, por essas bandas das araucárias, por cinco anos.



* **ANGELO PRIORI** é Doutor em História e presidente da Associação dos Docentes da UEM (Aduem).